

VALORIZAR O CAPITAL HUMANO

INÍCIO APROXIMAR AGIR CAPACITAR FORMAR PARTILHAR COOPERAR NOTÍCIAS CONTACTO



Programa de Formação “Voluntariado em Meio Prisional”

Elaborado por:
Formar 2019
Data: 26/02/2019

Aproximar, CRL | www.aproximar.pt |

nif_ 507 777 530 - niss_200 177 134 78

SEDE ADMINISTRATIVA: Rua do Paraíso, loja n.º 2, 2610-136 Amadora

tml_ + 351 211 336 681 | + 351 911 939 224 | contacto@aproximar.pt

DEPARTAMENTO | EIXO DE AÇÃO

Formar

PARCEIROS

N/A

AUTORIA

Joana Portugal | Rita Lourenço | Rosário Leitão | Tiago Leitão

CONTRIBUIÇÕES

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

RECONHECIMENTOS E AGRADECIMENTOS

N/A

DATA PUBLICAÇÃO: 26 FEVEREIRO 2019

ÍNDICE

Introdução.....	4
A. Descrição da ação de formação.....	5
B. Destinatários.....	8
C. Palavras e conceitos chave.....	8
D. Língua.....	8
E. Forma de organização e modalidade de formação.....	8
F. Objetivos.....	8
G. Resultados da Aprendizagem	9
H. Conteúdos programáticos	9
I. Carga horária e calendário	10
J. Metodologia da formação	10
K. Requisitos mínimos	10
L. Espaços e equipamentos	10
M. Metodologia de avaliação.....	11
N. Referências de suporte	12
O. Código de conduta.....	17

INTRODUÇÃO

A Aproximar – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL é uma instituição sem fins lucrativos com a missão de valorizar o capital social e humano das organizações e seus *stakeholders* enquanto estratégia para responderem de forma sustentável a desafios e oportunidades suscitados pelo meio envolvente. Por conseguinte, a Aproximar fundamenta a sua ação em três eixos:

- Agir – *advocacy* para a inovação e desenvolvimento social, baseado em projetos piloto que influenciem políticas e respetiva alocação de recursos públicos e privados
- Capacitar – consultoria orientada para o aumento e consolidação do valor acrescentado gerado pelas organizações, baseada em serviços criados à medida das necessidades e potencialidades destas
- Formar – percursos de aprendizagem com o intuito de consolidar, aperfeiçoar e reciclar competências profissionais e organizacionais, concretizados através de formação-ação, em formato *blended learning* e centrados na criação de projetos de desenvolvimento interno

Acreditamos que cada organização possui recursos que devem ser aperfeiçoados e valorizados a fim de aumentar a capacidade de cumprimento da sua missão, a eficiência de atuação e o impacto positivo junto das comunidades onde operam.

Por ser intrínseco à sua missão, a Aproximar é uma organização que advoga os princípios da economia social, reconhecendo-se nos dois grandes vetores da sua identidade: a cooperatividade (autonomia, liberdade, democracia e cooperação) e solidariedade (interesse pela comunidade).

Reconhecemos e respeitamos a complexidade e o ritmo de desenvolvimento e adaptação de cada organização, defendendo a inclusão como um direito humano emergente, alcançável através do desenvolvimento de competências (**valorizar o capital humano**), promoção de igualdade de oportunidades e oferta de serviços de excelência (**valorizar o capital social**). A aposta central na inovação social foca-se no reconhecimento do potencial das pessoas e comunidades para gerarem soluções sustentáveis que respondam aos seus anseios, projetos e necessidades.

Neste sentido, o presente documento apresenta o Programa de Formação global “Voluntariado em Meio Prisional”: a cada ação são selecionados os módulos específicos a concretizar.

A. DESCRIÇÃO DA AÇÃO DE FORMAÇÃO

A presente ação formação enquadra-se no âmbito da colaboração que tem vindo a ser estabelecida entre a Aproximar e a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) no âmbito do projeto JIVE - Justice Involving Volunteers in Europe¹ (2014-16) e da colaboração que tem sido realizada no âmbito do Programa de Formação de Voluntários em Meio Prisional da DGRSP.

Segundo o artigo 2º, nº1 da Lei nº 71/98, de 3 de novembro, o Voluntariado é *“O conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outra forma de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. Não são abrangidas pela presente lei as atuações que, embora desinteressadas, tenham um caráter isolado e esporádicas ou seja determinada por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança.”*

O “voluntário” é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora (artigo 3º, nº1 da Lei nº 71/98, de 3 de novembro). A qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais constantes na lei (artigo 3º, nº2 da Lei nº 71/98, de 3 de novembro).

Com o presente Programa visa-se valorizar o capital social e humano dos Estabelecimentos Prisionais, incidindo concretamente na formação de voluntários pois o *“voluntariado desempenha um papel fundamental numa grande variedade de contextos Europeus, como os tribunais, prisões, reinserção social e ONG. O voluntariado apoia o trabalho com (ex) reclusos, com as suas famílias e vítimas de crime, embora a forma e a escala desta contribuição variem significativamente.”* (Clinks, 2014, p. 8).

A colaboração dos voluntários em Meio Prisional é considerada pela DGRSP como uma vertente com um papel importante no processo de preparação para a liberdade dos reclusos, não só pela abertura dos Estabelecimentos Prisionais à participação da comunidade na execução das penas e medidas privativas da liberdade, mas também pelos impactos que os voluntários podem produzir no exterior (DGRSP, 2016). Segundo esta entidade (DGRSP) “o voluntário deve possuir uma formação base, que lhe permita conhecer as características gerais do trabalho do voluntário,

¹ O JIVE foi um projeto de dois anos, financiado pela Comissão Europeia e liderado pela Clinks, que estabelece a parceria de oito Organizações Não-Governamentais (ONG's) de toda a Europa, que trabalham com o Sistema de Justiça Criminal (SJC) para partilhar ideias e boas práticas sobre voluntariado no SJC.

legislação, direitos e deveres, independentemente das áreas de atuação da organização promotora de voluntariado (OPV) e deve ser a OPV a garantir esta formação. Adicionalmente, é aconselhável que cada voluntário tenha formação específica na área em que vai trabalhar, sendo ainda importante que tenha acesso a formação contínua (CNPPV, 2006). A formação do voluntário permite-lhe uma integração rápida e adequada, evitando que se sinta perdido na organização ou nas suas funções (Martin & Paúl, 2001) (DGRSP, 2016).

Trata-se de uma formação modular e à-medida, com base no perfil do voluntário, que reflete as competências que precisam de ser melhoradas e nas quais a formação se irá focar. Isto significa que o programa de formação é flexível para todas as organizações e contextos, nos quais trabalham voluntários e, assim, quando se realiza a formação nem todos os módulos disponíveis têm de ser abordados com a mesma intensidade.

Figura 1: Etapas para a realização da Formação



B. DESTINATÁRIOS

A presente ação é direcionada a:

- Voluntários em Meio Prisional
- Pessoas interessadas em iniciar voluntariado em meio prisional

C. PALAVRAS E CONCEITOS CHAVE

O presente curso de formação irá aprofundar um conjunto de conceitos chave que no final devem ser a base do conhecimento adquirido e de pesquisa futura por parte dos formandos:

- Voluntariado
- Sistema Penitenciário
- Voluntariado em Meio Prisional
- Reinserção

D. LÍNGUA

Português

E. FORMA DE ORGANIZAÇÃO E MODALIDADE DE FORMAÇÃO

- a) Contínua: formação de Voluntários em Meio Prisional
- b) Formação-ação², e
- c) Mista (presencial e à [distância](#))

F. OBJETIVOS

- Perceber o enquadramento Legislativo sobre o Voluntariado em geral e o Voluntariado em Meio Prisional
- Desenvolver competências para colaborar eficazmente em Meio Prisional

² A formação-ação é uma intervenção formativa com uma elevada componente de aplicação direta junto dos formandos, que combina aprendizagem de conhecimentos e transposição dos mesmos para a prática.

- Compreender e aumentar o autoconhecimento em relação ao perfil do voluntário em Meio Prisional e às competências requisitadas
- Reciclagem de conhecimentos e partilha de experiências entre voluntários

G. RESULTADOS DA APRENDIZAGEM

No final da ação de formação, os formandos deverão ser capazes de:

- Adotar as responsabilidades descritas na legislação vigente, no perfil de voluntário e tomar medidas para um contínuo autodesenvolvimento;
- Desempenhar as tarefas e responsabilidades necessárias para executar de um modo eficaz a sua colaboração;
- Trabalhar em equipa e cooperar com os colegas;
- Demonstrar empatia para com os reclusos e todo o *staff* do Sistema Prisional
- Usar e adaptar competências interpessoais apropriadas quando se encontrar em situações stressantes
- Identificar e responder a necessidades específicas dos beneficiários e do Estabelecimento Prisional
- Reconhecer os riscos e limites inerentes ao papel de voluntário.

H. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Sem prejuízo de maior detalhe a apresentar em cada ação de formação, o curso engloba o seguinte conteúdo programático Geral³:

Programa

I. Introdução ao Sistema de Justiça Criminal

Introdução ao Sistema de Justiça Criminal Português
Modelo de Processo Penal Comum
Estabelecimentos Prisionais: que diferenças?
Áreas que constituem o sistema de execução de medidas privativas de liberdade

II. Papéis e Responsabilidades do Voluntário

Enquadramento legal do voluntariado
Princípios do Voluntariado e Direitos e Deveres do Voluntário

³ Os conteúdos programáticos que foram selecionados para esta formação geral constituem uma proposta-modelo que deve ser adequada pelo formador, em função dos resultados da ferramenta de auto-avaliação

Enquadramento do Voluntariado em Meio Prisional: Áreas de atuação

III. Riscos e Problemáticas em Meio Prisional

Principais Riscos em Meio Prisional

Principais Problemáticas em Meio Prisional

Regras e Limites da Intervenção Voluntária

IV. Comunicação

Processo de comunicação: tipos e barreiras

Estilos de comunicação

Competências-chave para a Assertividade

I. CARGA HORÁRIA

- Curso Geral: 12 horas
 - 6 horas presencial
 - 6 horas online

J. METODOLOGIA DA FORMAÇÃO

Serão aplicadas as metodologias expositiva, interrogativa e ativa.

K. REQUISITOS MÍNIMOS

Os formandos deverão possuir capacidade de compreensão oral e escrita da Língua Portuguesa, bem como capacidade de utilização da internet.

L. ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS

Sala com o mínimo de 2m² por formando.

Equipamentos:

- Computador portátil
- Internet
- Videoprojector
- Quadro cerâmica ou flip chart (marcadores e apagador)

Aproximar, CRL

www.aproximar.pt | www.facebook.com/Aproximar | www.pendulum.pt

SEDE ADMINISTRATIVA: Rua do Paraíso, loja n.º 2, 2610-136 Amadora
tml_ + 351 211 336 681 | + 351 911 939 224 | contacto@aproximar.pt

nif_ 507 777 530 - niss_200 177 134 78

- Folhas e canetas

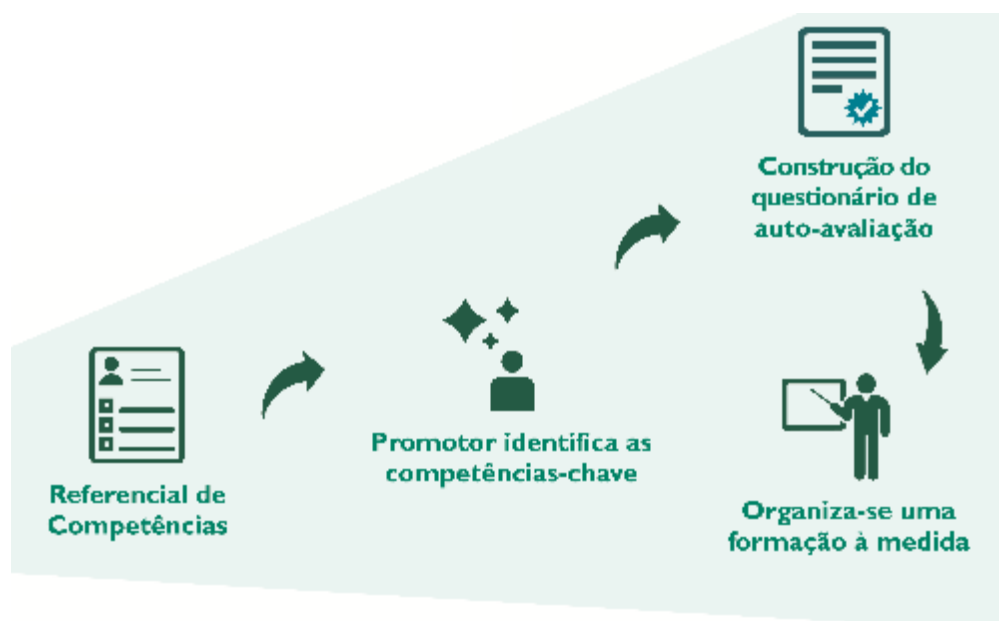
Para as sessões online, os formandos deverão dispor de um computador com acesso à internet.

M. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Os formandos serão sujeitos a um processo de avaliação através de uma ferramenta que permite desenvolver uma formação à medida das necessidades dos formandos, refletindo as competências que precisam de ser melhoradas e nas quais a formação se irá focar (tendo por base o perfil do voluntário definido pela DGRSP).

Antes da formação o formando irá preencher um questionário online que permite analisar os conhecimentos, capacidades e atitudes deste antes da formação (construído com base num referencial de competências para o voluntariado em Meio Prisional). Após a formação, o formando volta a preencher a mesma ferramenta e verifica se a formação respondeu às suas necessidades.

Figura 2: Modelo de Organização da Formação



Será ainda realizada uma avaliação da ação de formação sob a perspetiva dos formandos e formador, assim como uma avaliação do impacto da ação de formação.

A emissão de certificado fica dependente da assiduidade total às sessões online e presencial, e do preenchimento da ferramenta de avaliação de competências.

Aproximar, CRL

www.aproximar.pt | www.facebook.com/Aproximar | www.pendulum.pt

SEDE ADMINISTRATIVA: Rua do Paraíso, loja n.º 2, 2610-136 Amadora
tml_ + 351 211 336 681 | + 351 911 939 224 | contacto@aproximar.pt

nif_ 507 777 530 - niss_200 177 134 78

N. REFERÊNCIAS DE SUPORTE

Almeida, A., Ferrão, J. & Delicado, A. (2002). Caracterização do voluntariado em Portugal, Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional do Voluntariado.

American Psychiatric Association. (1994). Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fourth Edition. DSM-IV. Washington, DC.

American Psychiatric Association. (2000). Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fourth Edition, text revision. DSM-IV-TR. Washington, DC.

Aproximar (2015). Desenho e Implementação de Programas de Voluntariado no Sistema de Justiça Criminal. Publicação no âmbito do projeto JIVE – Justice Involving Volunteers in Europe, financiado pela Comissão Europeia.

Campbel, L. (2003). Action for prisoners' families. Retirado da worldwide web no dia 24 de Março de 2008, disponível em www.prisonersfamilies.org.uk

Cavalcante, C.E., Souza, J.W., Mól, A.L.R. (2015). Motivação de voluntários: proposição de um modelo teórico. Revista de Administração Mackenzie, 16, 1, 124-156. Retirado da worldwide web no dia 9 de maio de 2016, disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n1p124-156>

Chagas, S. (2003). Métodos e técnicas pedagógicas. Lisboa: Inforjovem.

Clinks (2004). Supporting Voluntary Organisations That Work With Offenders And Their Families. Volunteering in Prison: Train the Trainers resource pack aimed at those responsible for training volunteers who work in Prison. UK: York.

Clinks (2014). The role and value of volunteers in the Criminal Justice System: A European study.

Clinks (2015). O papel e valor dos voluntários no Sistema de Justiça Criminal. Publicação no âmbito do projeto JIVE – Justice Involving Volunteers in Europe, financiado pela Comissão Europeia.

Aproximar, CRL

www.aproximar.pt | www.facebook.com/Aproximar | www.pendulum.pt

SEDE ADMINISTRATIVA: Rua do Paraíso, loja n.º 2, 2610-136 Amadora
tml_ + 351 211 336 681 | + 351 911 939 224 | contacto@aproximar.pt

nif_ 507 777 530 - niss_200 177 134 78

- Cnaan, R, & Cascio, T. (1998). Performance and commitment: Issues in management of volunteers in human service organizations. *Journal of Social Service Research*, 24, 4/4, 1-37.
- Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado. (2002). *Guia do Voluntário*, Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social. Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado. (2006). *Ser Voluntário no Século XXI*. *Voluntariado, Hoje*, 14, 03/06, 3.
- Collyer, L. & Lenton, E. (2007). StAMP mentoring program: A community strengthening program for people who have been in prison. Retirado a 11 de fevereiro de 2008, disponível em <http://acea.org.au/wp-content/uploads/2015/04/Paper-Collyer-Lenton.pdf>
- Cook, F. (1976). How effective are volunteers? *Crime & Delinquency*, 22, 2, 192-200.
- Elaine, F. (2008). Medo de desafios. In *Dinâmicas de Grupo Online*. Retirado da worldwide web no dia 11 de março de 2008, disponível em <http://www.formador.com.br>
- Farrington, D. & West, D. (1990). The Cambridge Study in delinquent development along term follow-up of 411 London males.
- Fernandes, J., Morais, A. & Barreira, S. (2005). Sexualidades em contexto prisional. *Sexualidade & Planeamento Familiar*, 40, 7-12.
- Ferreira, R. (2008). Laranjas Ugli. Retirado da worldwide web no dia 11 de março de 2008, disponível em <http://www.formador.com.br>
- Garlock, & Knapick (2008). Increasing your assertiveness coping skills. Mini Help yourself program.
- Gatward, N. (1999). Managing the “manipulative” patient - A different perspective. *Nursing Standart*, 13, 22, 36-38.
- Goffman, E. (1963). *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Goffman, E. (1986). *Asylums* (13th ed.). London: Penguin Books.

- Gonçalves, R. (1997). Ser da prisão: implicações para a intervenção na delinquência. *Interações*, 6, 41-56.
- Gonçalves, R. (1994). Delinquência, sistema prisional e ética da psicologia. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 4.
- Gonçalves, R. & Vieira, S. (2006). Ofensores violentos e perigosos: Diretrizes para a intervenção. Formação efetuada no CFP.
- Hall, McKechnie, Davidman, & Leslie (2001). An environmental scan on volunteering and improving volunteering. Toronto: Canadian Centre of Philanthropy.
- Hamel, G. (2007). O Futuro da Gestão. Lisboa: Actual Editora.
- ICD-10 (1994). Classification of Mental and Behavioural Disorders. Geneva: World Health Organization.
- IEFP (2003). Animação de grupos em formação. Retirado da worldwide web em 10 de março de 2008, disponível em https://www.iefp.pt/documents/10181/1450868/2003_Animacao_grupos.pdf/abc9a5b5-2aea-412a-94cd-73800e3a23d0
- ISU (2004). O voluntariado: Ficha formativa nº 4. Retirado da worldwide web no dia 28 de janeiro de 2008. <http://www.plataformaongd.pt>
- ISU (2005). Construção de um programa de voluntariado. Documento apresentado no IV curso de gestão de programas de voluntariado.
- Jardim, J. & Pereira, A. (2006). Competências pessoais e sociais: Guia prático para a mudança positiva. Porto: Asa.
- Leitão, T., Lourenço, R., Ramos, J. Portugal, J. & Pereira, G. (2016). Good Practice Guide Recruitment, training and support of volunteers working in the Criminal Justice System.

- Marinho & Caballo (2002). Comportamento anti-social infantil e o seu impacto para a competência social. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 3 (2), 141-147.
- Martin, I. & Paúl, C. (2001). Gestão de programas de voluntariado, *Cidade Solidária*, 7, 4, 30-35.
- Mateus, C. (2007). Empresas incentivam voluntariado. Retirado em 23 de janeiro de 2008, disponível em <http://expressoemprego.pt/noticias/empresas-incentivam-voluntariado/1843>
- Meek, R. (2007). Parenting education for young fathers in prison. *Child & Family Social Work*, 12, 3, 239-247.
- NOMS (2005). Volunteering. A guide to good practice for prisons. Retirado da worldwide web em 18 de janeiro de 2008, disponível em <http://noms.justice.gov.uk>
- Oliveira, L. (2008). Minha vida pelas figuras. In *Dinâmicas de Grupo Online*. Retirado da worldwide web no dia 11 de março de 2008, disponível em <http://www.formador.com.br>
- Osso, S. (2008). Rótulos. In *Dinâmicas de Grupo Online*. Retirado da worldwide web no dia 11 de março de 2008, disponível em <http://www.formador.com.br>
- PENDULUM (2014). Conteúdos pedagógicos da formação de “Supervisores de Mentores”. Elaborado no âmbito do projeto MEGAN – Mentoring for Excluded Groups and Networks, financiado pela Comissão Europeia.
- Passadouro, R. (2004). Prevalência e factores de risco das infeções por VIH, hepatite B e C num Estabelecimento Prisional de Leiria, *Acta Médica Portuguesa*, 17, 381-384.
- Pinto, G. (2004). Responsabilidade social das empresas - O estado da arte em Portugal. Lisboa: Cecoa.
- Pinto, G (2006). Como estabelecer uma ligação eficaz com o sector empresarial. Acção de formação apresentada no ACIME a 1 de julho de 2006, disponível em <http://www.acime.gov.pt>
- Ribeiro, A. (2008). Consenso. In *Dinâmicas de Grupo Online*. Retirado da worldwideweb no dia 11 de Março de 2008, disponível em <http://www.formador.com.br>

Texas Commission on Law Enforcement (1999). Suicide detention and prevention in jails, retirado a 14 de fevereiro de 2008, disponível em [http://www.ibrarian.net/navon/paper/Suicide Detention and Prevention in Jails .pdf?paperid=797727](http://www.ibrarian.net/navon/paper/Suicide%20Detention%20and%20Prevention%20in%20Jails%20.pdf?paperid=797727)

Toor, S. (2005). Manual on Tackling Barriers to Employment for Women Leaving Prison. Retirado a 12 de fevereiro de 2008, disponível em <http://www.equal-works.com/resources/contentfiles/405.doc>

Torres, A. & Gomes, M. (2005). Drogas e prisões: Relações próximas. Toxicodependências, 11, 2, 23-40.

Vicente, P., & Marques, S. (2001). Voluntariado Empresarial. Cidade Solidária 7, 4, 42-48.

Vidal, P., Valls, N. & Villa, A. (2009). Manual de Gestión del Voluntariado. Barcelona: Fundación “la Caixa”.

Walsh (2004). Investigating prison release practice and policy in Queensland and its impact in community safety. Retirado a 11 de fevereiro de 2008 http://www.cjn.org.au/docs/prison_report_tamara_walsh_04.pdf

Wilson, R., McWhinnie, A., Pichea, J., Prinzo, M., & Cortoni, F. (2007). Circles of Support and Accountability: Engaging Community Volunteers in the Management of High-Risk Sexual Offenders. Howard Journal of Criminal Justice, 46, 1, 1-15.

Lista de Legislação aplicável ao Voluntariado

Decreto-Lei n.º 40/89, de 12 de fevereiro – Institui o seguro social do voluntário, regime contributivo de carácter facultativo no âmbito da Segurança Social, em que podem ser enquadrados os voluntários. O seguro social voluntário foi objeto de adaptação ao voluntariado pelo Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro

Lei n.º 71/98, de 3 de novembro – Estabelece as bases do enquadramento jurídico do voluntariado

Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro – Regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, criando as condições que permitam promover e apoiar o voluntariado

Resolução de Conselho de Ministros n.º 50/2000, de 30 de março (publicada no D.R., II série, n.º 94, de 20 de abril) – Define a composição e o funcionamento do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado

Decreto-Lei n.º 176/2005, de 25 de outubro – Altera o n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro

Portaria n.º 87/2006, de 24 de janeiro – Aprova o Modelo de Cartão de Identificação do Voluntário

O. CÓDIGO DE CONDUTA

Participar e completar todas as sessões online

Ser assíduo e pontual

Participar ativamente em contexto de sala e trabalhos de grupo

Aproximar, Cooperativa de Solidariedade Social

morada sede administrativa_ Rua do Paraíso, loja 2, 2610-136 Amadora

tlm_+351 911 939 224 **telefone \fax_** +351 211 336 681

E-mail_ contacto@aproximar.pt | secretariado@aproximar.pt